

ARTIGO

ENTRE O TRONO E O ALTAR: A QUESTÃO RELIGIOSA EM PORTUGAL E NO BRASIL, NOTAS PARA “UMA” LAICIDADE

BETWEEN THE THRONE AND THE ALTAR: THE RELIGIOUS QUESTION IN PORTUGAL AND BRAZIL, NOTES FOR A SECULARITY

EULÁLIO AVELINO PEREIRA FIGUEIRA*

RESUMO

O artigo apresenta parte de pesquisa de Pós doutorado sobre os ideais da República no Brasil e em Portugal, como duas sociedades localizadas em continentes geográficos distantes, com elementos de semelhança, que identifica as duas sociedades como sociedade confessional, peculiares do regime monárquico até início do século XIX. Nossa hipótese parte no fato de no Brasil e em Portugal existir um rol de ideais da secularização. Os mesmos ideais são incorporados às constituições das Repúblicas. Deste processo tem destaque a Questão Religiosa e a Lei da Separação do Estado da Igreja, fundamentando o modelo e Laicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Religiosa; Lei da Separação do Estado da Igreja; Secularização; Laicidade; Republicanização.

ABSTRACT

This article presents part of a post-doctorate research about the Republic's ideals in Brazil and Portugal, as two nations located in distant geographical continents, but with elements of similarity, which identifies the two nations, characterize the confessional society present in the monarchical regime that remains until the early nineteenth century. Our hypothesis is based on the fact that in Brazil and Portugal there is a list of secularization ideals that are incorporated into the republican Constitutions. From this process is highlighted the Religious Question and the Separation of Church and State, underling the model and the secularism.

KEYWORDS: Religious Question; Separation of Church and State; Secularization; Secularity; Republicanization.

* Doutor em Ciência da Religião (PUC-SP), professor departamento Ciências Sociais, PUC-SP-Brasil. E-mail: efigueira@puensp.br. ORCID: 0000-0003-2441-3144.

Introdução

Este artigo tem por objetivo demonstrar passos e resultados que iniciados na passagem do regime monárquico para o regime republicano, ou habitualmente apresentado como democrático, são elementos importantes na compreensão de como no Brasil a Laicidade vai sendo construída e implantada. Parte considerável dos dados aqui apresentados foram desenvolvidos no decorrer do processo de Pós-Doutorado apresentado à Universidade Católica Portuguesa, sede Lisboa, com o título: *A Questão Religiosa na formação da república do Brasil e de Portugal e a gênese da vitalidade do religioso nos poderes políticos contemporâneos destes dois países.*

Da centralidade do problema para o qual nos direcionamos, com vistas ao desenvolvimento do projeto, formulamos algumas questões que no nosso entendimento deveriam conduzir o trabalho da pesquisa e que nos permitiria alcançar os resultados então postos como hipóteses verificáveis; questões essas que a pesquisa realizada nos ajuda a confirmar as suspeitas sobre o modus próprio da formação da laicidade no Brasil.

Entendemos que a **Questão Religiosa** tinha suas diferenças e peculiaridades nos dois países (Brasil e Portugal), não só por se tratar de sociedades distintas com períodos históricos diferentes, continentes diferentes, mas porque há que ser levado em conta o fato de haver uma construção política e econômica também diferente. Se em Portugal a Questão Religiosa expressa uma contenda entre a Igreja e a nova forma de Regime Republicano, no Brasil a Questão Religiosa expressa uma contenda velada entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Maçonaria, já presente

no segundo reinado com Dom Pedro II, mantendo-se da mesma forma na República.

A Questão Religiosa representa, no debate social e político compreendido nos começos da República e durante sua implantação, a emergência de um problema mais vasto ao qual a configuração da sociedade brasileira e portuguesa, decorrente do evento República, deve ser associada. Este problema expressa as relações de duas sociedades marcadas pela confessionalidade¹, e que a partir de mudança histórica (a República) se deparam com uma nova Ordem de organização social e política. Além disto, esta nova Ordem deve ser compreendida como o processo de modernização que vai acontecer e caracterizar estas duas sociedades.

A Questão Religiosa, observada no conjunto de seus eventos, revela a presença da religião num Estado Laico, que por sua vez deixa transparecer o comprometimento destas duas instituições (Igreja e Estado) e o espaço público visto em função da Secularização. Percebemos que os eventos expressivos da formação e surgimento da Questão Religiosa transitam entre fatos de legitimação tanto da Igreja quanto do Estado, do mesmo modo que também ocorrem fatos de ruptura entre estas instituições, e por isso a presença da religião no espaço público, no Brasil, deve ser observada dentro da perspectiva histórica que permite compreender que aqueles acontecimentos produzem determinados e específicos modos de presença da religião no Estado, mas também do Estado na Religião.

¹ Por confessionalidade entendemos o fato de a sociedade não só expressar determinada prática religiosa hegemônica, mas estar submetida a uma oficialidade de uma religião (Igreja), legitimada pela proteção do Estado.

Tratar das relações Igreja e Estado no ambiente histórico da republicanização significa compreender que certas formas de presença do religioso no espaço público não surgiram por oposição à secularização, mas surgiram em função, decorrência, ou seja, como consequência da secularização.

A Questão Religiosa é o resultado de tensões surgidas na sociedade brasileira e portuguesa que marca o processo de transição do regime monárquico para o republicano e que servirá de elemento separador dos dois distintos modos de sociedade, porém já deve ser vista como tendo seus fundamentos ainda na monarquia. Assim a Questão Religiosa entendemos deva ser percebida como resultado de sociedades confessionais, conseqüentemente em razão do colapso ocorrido diante da transição que sofrem aquelas sociedades, mediante a passagem ao modelo de uma sociedade construído pela secularização republicana, de uma sociedade aberta à liberdade, à diversidade e à pluralidade religiosa. Marcas indubitáveis da modernidade.

A Questão Religiosa emerge ainda dentro do que podemos denominar de processo de confessionalidade e terá sua progressão, pelo menos, até o início do processo de redemocratização que cada um destes países vai viver, em Portugal o *25 de Abril* de 1974 (também denominado de Revolução dos cravos) e no Brasil o movimento das *Diretas Já* ocorrido entre março de 1983 a abril de 1984.

Não estamos apenas diante de um cenário onde os conteúdos (religião, mudança de regime, relações Igreja Estado, transformações nas práticas sociais, etc.) se repetem similarmente, como que nos levando a dizer que o mesmo processo ocorre nas duas sociedades. Mas também não

podemos deixar de verificar que alguns acontecimentos podem ser vistos como similares, e que, em nosso entendimento, contribui para se afirmar existir semelhança e identidade. Por isto dizemos que a Questão Religiosa deve ser vista como um fato que trata do como a relação do Poder Temporal com o Poder Espiritual passa a ser feita no caminho para a republicanização de Portugal e do Brasil e como essa relação é determinante para a compreensão da Laicidade no Brasil e em Portugal. Sendo a Questão Religiosa o sinal mais emblemático para o processo de modernização e abandono do modelo antigo.

À medida que nos aproximamos e tomamos contato com os relatos e registros sobre os acontecimentos, verificamos existirem diferenças não apenas nos acontecimentos, mas também nos resultados, nas ações e sobretudo nas decisões que marcaram o processo da republicanização ocorrido nos dois países. Isto nos permite falar não apenas de duas sociedades que, por um lado mantem uma ligação (quase umbilical) estabelecida pelo fato de manterem em comum não apenas uma língua, mas uma formação político religiosa semelhante, porém cada qual está marcada por uma identidade que as define e as torna distintas uma da outra.

Assim sendo, entendemos válido afirmar que o fato de existirem pontos não apenas de semelhança, percebidos não só como simples coincidências, constitui-se uma relação entre as duas sociedades que se justifica por estarmos diante de uma “philia” que deve ser reconhecida na relação do religioso com o político.

Por esta observação reconhecemos a necessidade de os acontecimentos (em Portugal e no Brasil) serem estudados em paralelo para uma adequada compreensão dos fatos ocorridos em prol do processo que

explica a saída da sociedade confessional que define tanto o Brasil como Portugal em seu período monárquico, para a sua formação como sociedade laica berço da República.

Neste ensaio em forma de artigo pretende-se verificar a possibilidade para se afirmar o papel preponderante que a Questão Religiosa vai desempenhar não apenas na identificação de um processo de mudança política na passagem de um Estado monárquico a um Estado republicano, mas se afirmar que para compreender e analisar as bases que identificam a laicidade, se fará necessário a observação do que se constitui como tendo sido a Questão Religiosa. Para isso usamos como objeto de estudo o caso da sociedade Portuguesa e da sociedade Brasileira e seus acontecimentos rumo a implantação da laicidade.

Questão Religiosa e a Lei da Separação da Igreja e do Estado

A Lei de Separação da Igreja e do Estado, em Portugal como no Brasil indica que para a hierarquia da Igreja Católica, existia interesse na substituição do regime monárquico pelo regime republicano. A relação com a Monarquia e o Império (Brasil) se havia desgastado produzindo feridas profundas, porém levantava-se o receio (da parte desta hierarquia) de que o novo regime pudesse seguir o modelo da revolução francesa onde a Igreja foi perseguida e foram confiscados propriedades e bens, tendo sido relegada para o “terreno” do privado. Por isso chama atenção para o modelo que foi implantado na República do Brasil, ao espelho do modelo da República dos Estados Unidos da América, onde a Igreja segue preservando seus bens e sua autonomia em relação ao Estado. A Igreja portuguesa solicita

autorização ao Parlamento que se enviem deputados ao Brasil para observar como a Lei da Separação foi construída.

A Laicidade no Brasil como também em Portugal necessariamente passa pelo estudo sobre o campo simbólico e em especial pelo religioso que está presente nos ideais da republicanização. Os elementos simbólicos evocadores da religião como realidades que desencadeiam a religião são encontrados nas crônicas literárias e históricas brasileiras e portuguesas, sendo eles referência da implantação da República. Porém a pesquisa científica não tem alcançado este aspecto presente nestas referências, nem tem assumido este conteúdo como tema contumaz de suas atividades. Talvez porque olhar para este lado mais subjetivo das questões que estão presentes na republicanização não constitua interesse como objeto de pesquisa para as áreas do saber (ciência), que habitualmente são reconhecidas como áreas de pesquisa científica. A eles a ciência e a pesquisa somente se refere na medida em que servem a seus interesses, mas não são tomados em seu conteúdo próprio, não são deixados falar por suas próprias características e linguagens.

Reconhecemos que tal fato é importante para compreender-se mais do que o papel do religioso na constituição da sociedade, pois ele exerce influência na produção de um *modus vivendi* das sociedades e dos povos onde está presente e por isso constitui e nutre o que deve ser entendido como a identidade cultural, social e histórica dos grupos humanos a que se reporta.

Algumas perguntas, a título de problematização, surgidas deste cenário, entendemos que devam ser colocadas, por julgarmos serem oportunas e contribuir para a delimitação de nosso objeto de análise.

Porque a literatura se esforça em relatar os sujeitos que aparecem como representantes de um catolicismo que se pretende confrontar (Beatos, Beatas) ali descritos, de modo caricato?

Se em Portugal e Brasil se instala um governo que nas suas bases sólidas alijaria a religião de toda ordem pública social, porque a religião nunca deixou de ser parte constitutiva e constituinte do cenário dos sujeitos sociais, produzindo assim um ambiente público tão evidente? Por fim, e talvez esta uma pergunta que em tempos hodiernos ganha fôlego e grande eco: poderá se sustentar um Estado laico numa sociedade onde a religião tem presença determinante? Poderá tal Estado manter sua laicidade, dialogar com o poder religioso garantir a este sua liberdade e sua autonomia e não perder seu status de laicidade?

A Questão Religiosa, observada além de uma compreensão de ruptura e talvez de “guerra” entre duas Instituições que buscam se firmar no cenário de uma nova Ordem, acreditamos que constitui dado consistente que nos permite buscar as bases mais adequadas a tematizar e, sobretudo, identificar elementos determinantes para a compreensão dos constituintes da Laicidade que se produz no processo da modernização e das transformações que definem a sociedade portuguesa e brasileira, que resulta da passagem do governo monarca para um governo republicano. Elementos estes que nem sempre estão visíveis, ou não foram objeto de estudos mais concisos.

Entendemos que os eventos mais determinantes que estão na passagem de um regime político monárquico para o republicano e as mudanças e transformações que daqui decorreram, já estão suficientemente estabelecidas. Por isso nos debruçamos sobre aqueles componentes que

não estão centralmente atribuídos ao problema da República e seus desdobramentos, mas que constituem dados significantes e determinantes para, em nosso juízo, contribuir na afirmação e abordagem de temas que irão seguir nas repercussões futuras dos acontecimentos centrais dos processos de Republicanização e da Questão Religiosa. Daqui sinalizamos que os estudos atuais devem procurar compreender como o processo da modernização do Brasil e de Portugal, no modelo da Laicidade, apresenta o tema da pluralidade e da diversidade religiosa.

Se no Brasil e em Portugal a República é implantada, ainda que tenha tido seus conflitos e suas dificuldades, ela irá saber manter e cuidar do simbólico religioso, garantindo assim a identidade dos povos que ela sustenta, isso deve ser visto como resultado da Lei da Separação do Estado e da Igreja. Nisto se o que podia ser tomado como dado negativo e como momento de ruptura entre o Religioso e o Político, pode ser percebido como um modo peculiar para construir a identidade das sociedades Brasil e Portugal.

A república, em Portugal e no Brasil, deve ser compreendida e observada como tendo nas suas bases de formação o acontecimento da Questão Religiosa. Isto sim é constitutivo das duas sociedades, que com problemas e acontecimentos distintos, não apenas em seus objetos, mas também nas suas forças, políticas, econômicas e ideológicas, identifica o modo próprio e peculiar como cada Estado Nação enfrenta as mudanças que lhe são postas pelo novo tempo que emerge da modernidade, e coloca Brasil e Portugal no rol da história deste período de mudanças e transformações.

No Brasil a Questão Religiosa surge e assim é apresentada por muitos, como um conflito entre a Igreja e a Maçonaria que depois se constitui um problema do Império e nisto vem à tona os problemas da relação da Igreja com o Estado. Mas há quem defina que a Questão Religiosa é ela mesma, desde seu início, um problema de conflito Igreja e Estado. Em Portugal entendemos que a Questão Religiosa já nasce sem qualquer subterfugio que possa levar a identifica-la como qualquer outra coisa que não seja ela própria, como podendo ser entendida como expressão de outro problema que não o que ela pretendeu expressar e se evidencia como conflito direto entre a Igreja e o Estado.

Porém, em base aos resultados dos levantamentos que realizamos sobre a Questão Religiosa e sua inserção nos acontecimentos que irão demarcar a mudança de regime político, estamos tendendo a defender que no Brasil a Questão Religiosa ocorrida no período de 1870 a 1873 (prisão dos Bispos de Olinda e Pará) vem a ser o desfecho de movimentos sustentados por parte de setores da Igreja Católica que, desde o sec. XVII se apresentam como movimentos de libertação diante do que ocorre na América-Latina. Estes movimentos se legitimam como de oposição às classes conservadoras.

Em Portugal a Questão Religiosa, diferente do que ocorre no Brasil, percebe-se muito mais como um enfrentamento de setores da Igreja católica com um modelo de ordem política, que considerava que a identificação das bases do modelo societário que se pretendia depor estava identificado com os Jesuítas e as Ordens religiosas. Assim sendo a expulsão definitiva destes grupos era incontestável e imprescindível, não se medindo esforços para que ocorresse.

No Brasil a motivação para a Questão Religiosa não recai sobre os mesmos conteúdos que em Portugal. A expulsão dos jesuítas do continente latino-americano foi de interesses das classes conservadoras, pois os jesuítas tinham grande ação junto aos índios e com isso conflitos com as classes dominantes. O movimento de libertação que existiu no seio da Igreja latino-americana, desde sua origem, tem importância capital mas que foi relegada e esquecida pelo esquema liberal clássico de análise que opõe "conservadores" e "liberais".

Resumindo: Podemos dizer que a Questão Religiosa seja em Portugal, seja no Brasil, tendo-se em fatos distintos, ela constitui a plataforma que fará a transição de um modelo de sociedade e seu governo, para outro modelo de configurações sociais, políticas e religiosas diametralmente opostas, permitindo que essa mudança ocorra sem colocar em "crash" as identidades daquelas sociedades, mesmo que conflitos, com maior ou menor intensidade, tenham ocorrido. A Questão Religiosa deve ser vista não somente como um momento de transição, mas, sobretudo, como certo processo de equilíbrio para encontrar a forma de mudança necessária ao cenário que o século XIX estava promovendo.

No Brasil como em Portugal podemos dizer que existem pontos comuns ao observar-se que a Questão Religiosa ao servir como enfrentamento do regime monárquico que está em colapso, serve como justificativa para a mudança que define e caracteriza este período histórico.

O que podemos constatar da base das ideias que estão na origem do movimento revolucionário surgido com vistas à implantação da República no Brasil e em Portugal? Acredito poder-se afirmar a existência de princípios que servem de justificativas válidas para afirmação de

identidades que, mantidas as diferenças peculiares de cada processo ocorrido em cada uma das sociedades, guardam em sua gênese elementos constituintes identificadores do que está acontecendo no alvorecer do século XIX tanto no Brasil como em Portugal, o que faz de cada uma das Repúblicas acontecimentos ímpares e ao mesmo tempo com resultados semelhantes.

Outro ponto importante que produz esta proximidade, pelo papel determinante que desempenha neste processo de mudança, trata-se da presença da religião, tratada como a relação Igreja e Estado que a Lei da Separação da Igreja e do Estado não vai eliminar e que está no centro das questões que corroboram para a mudança de regime político promovida tanto no Brasil como em Portugal. Por serem estes os fatos que definem as modalidades sociais das duas sociedades podemos afirmar existirem elementos que contribuem à afirmação de proximidade e igualdade entre as duas Repúblicas.

A vitalidade do religioso, a Lei da Separação Estado e Igreja: muito além das rupturas.

Os momentos de divergência e de distanciamento que constituem cada processo de secularização e republicanização, próprios de cada uma das sociedades, são percebidos nos desdobramentos que a Questão Religiosa produz e como em cada sociedade as relações entre o religioso e o político, que daqui surgem e se resolvem, são produzidas. Ou seja, em razão do modo como as bases da Separação do Estado da Igreja serão promovidas e o que dela venha a ser estabelecido em direção à

determinação da posição (lugar) que a Igreja ocupará no cenário republicano, isso tem a dizer sobre as diferenças de como a Igreja assume ou reassume seu lugar no cenário nacional de cada uma das sociedades referidas.

Porém é certo que a vitalidade com que a Religião se vai manter neste novo cenário político, dará a tônica da vitalidade à Religião que lhe permitirá agir diante da questão política que se apresenta como sua oponente e que se manifestava como forte sinalização de expulsão da Religião do espaço público. O que irá ocorrer após a consolidação da República em cada território específico determinará o futuro das relações Igreja e Estado assim como o caráter republicano e laico destas relações, o que será determinante para a articulação entre o Poder Temporal e o Poder Espiritual e vai constituir as especificidades peculiares desta relação em cada sociedade em particular.

O modo como, no Brasil e em Portugal, as relações do Estado e Igreja vão prosseguir no novo modelo de sociedade que resulta da implantação da República vai ser determinante para que, nos estudos futuros sobre a produção da história futura nestas sociedades, se compreenda de modo mais completo os desenvolvimentos e desdobramentos que marcam a história peculiar de cada uma destas sociedades.

Se do ponto de vista político, econômico e cultural verificamos divergências e interesses ideológicos distintos, num ponto característico do processo da republicanização nas duas sociedades encontramos proximidade e semelhança. É na análise da Questão Religiosa que o tema da Separação do Estado da Igreja ganha destaque porque alcança

importância no cenário da formação e da vitalidade tanto na constituição política, como na identidade religiosa em vistas à formação social destas sociedades, vindo a constituir-se tema importante e determinante na formação das Repúblicas de Portugal e do Brasil.

Tratar da Questão Religiosa implica entender os embates vividos pela comunidade católica, na sua diversidade, com as correntes ideológicas e políticas do liberalismo, sobretudo quando estas encontram a sua concretização no desenvolvimento do Estado liberal. A noção que define e identifica A Questão Religiosa deve ser compreendida como o que se pretende estudar para além das disputas diplomáticas entre a Santa Sé e o Estado.

Comprendemos que a Questão Religiosa está presente na complexidade das transformações econômicas, políticas e culturais que se processam ao longo de todo século XIX e atravessa a trama do tecido social que constitui a experiência do avanço e do desenvolvimento do liberalismo.

A Questão Religiosa, que nos dá a tônica da Separação do Estado da Igreja, também oferece a base para compreender como os embates entre Estado e Igreja, no Brasil e em Portugal, vão, diante da necessidade de resolver os conflitos daqui resultados, manter suas identidades e garantir a autonomia das duas instituições (Igreja e Estado). Deste modo Igreja e Estado preservam a confiança necessária junto à população sobre suas ações.

A Questão Religiosa, no debate social e político travado no período de crise vivido por aquelas sociedades entre o final do século XVIII e inícios do XIX, representa um problema mais vasto e que está relacionado com a configuração da Sociedade brasileira e portuguesa. A Questão Religiosa é o

termômetro do processo de modernização e transformação que ocorre nas sociedades brasileira e portuguesa. Uma vez que, guardadas as devidas particularidades identificadoras de cada sociedade, a Questão Religiosa é o resultado das tensões surgidas no tecido destas sociedades, caracterizado pelo modelo de sociedade confessional em transição para o modelo de sociedade laica, no qual a religião não vai deixar de fazer parte, porém uma nova configuração se fará presente. Deixará de haver uma religião oficial e seu caráter de obrigatoriedade civil se abre para a diversidade, a pluralidade e a liberdade religiosa.

Ainda que este ideal de mudança já esteja presente no processo de virada para um novo registro social que a República² agora nascente objetiva produzir, ele somente se irá manifestar com mais relevância nos movimentos que vão ocorrer no Brasil e em Portugal, representativos do modelo democrático de sociedade, que são: Movimento das Diretas (1983-1984) no Brasil, e a Revolução dos cravos (25 de Abril de 1974).

Entendemos necessário ressaltar que a Questão Religiosa deve ser vista como um processo no qual a religião desencadeia seu esforço para a vitalidade diante do novo tempo que desperta neste alvorecer da Laicidade. Tendo a Questão Religiosa sua gênese afirmada no seio da sociedade confessional, contudo dela emerge em razão do estilhaçamento da cristandade, que Pablo Richard define como “morte da cristandade” (RICHARD 1982), provocada pelos novos rumos da sociedade moderna que está em implantação. Por elas identificamos que a Questão Religiosa é o resultado da transição do Regalismo para o Estado Moderno.

² Referimos que no Brasil a República é proclamada a 15 de novembro de 1890 e em Portugal a 10 de outubro de 1910.

O Regalismo, nas suas variadas formas, não é mais do que a procura de controle do poder político através do qual o Estado procura tutelar as Igrejas e, no caso português e brasileiro, a Igreja Católica, enquanto desempenha a função de aparelho administrativo do próprio Estado. Os textos constitucionais (Brasil 1824; Portugal 1822; 1826) elaborados durante o período da monarquia constitucional declaram que o Igreja Católica é a religião oficial da nação, ou a religião tradicional do país ou ainda que a religião católica romana é a religião do Estado, mantendo então a Igreja como uma subsidiária do Estado e o Estado o protetor da Igreja.

Tais posições em defesa da religião aliada ao Estado são posições defendidas também pelas vozes dos liberais e que tendem a limitar o espaço da religião na sociedade, mas consideram a presença da religião fundamental para a manutenção da ordem social.

Questão Religiosa no Brasil e a Laicidade: da República aos dias de hoje

A Questão Religiosa representa, no debate social e político compreendido nos começos da República e durante sua implantação no Brasil, a emergência de um problema mais vasto do que a configuração da sociedade brasileira, decorrente do evento República. Este problema expressa as relações da sociedade marcada pela confessionalidade, com uma nova Ordem de organização social e política. Além disto, deve ser compreendido como o processo de modernização que caracteriza estas sociedades e entendemos que será à Luz deste evento que a configuração

da sociedade brasileira deve ser compreendida em toda sua amplitude de relações e produções.

A Questão Religiosa é resultado de tensões surgidas na sociedade brasileira. Resultado da sociedade confessional em colapso diante da transição que sofre pela passagem para o modelo imposto pela secularização, marca de uma sociedade aberta à liberdade, à diversidade e à pluralidade religiosa. A Questão Religiosa emerge dentro do que podemos chamar de processo de confessionalidade.³

Segundo Villaça (VILLAÇA 1974, p. 35), mesmo que a “Questão Religiosa não tenha sido único incidente deste período e suas questões, ela foi acontecimento importante, pois não se pode dizer existir uma Paz absoluta sob o regime regalista no Brasil”. Neste período a questão Religiosa sinaliza fortemente o problema em libertar a Igreja de uma proteção que a escravizava. Com certeza nesta deve ser vista a origem para a Questão religiosa. Muito provavelmente por evidências dos desdobramentos que esta questão irá produzir, outros aspectos ganharam relevo e outros encaminhamentos serão expressivos em razão do cenário que se desencadeia da Questão Religiosa.

Devem ser então observados dois grupos claros que estão na gênese deste fato. De um lado a salientar Liberais radicais e a Maçonaria, apoiados decisivamente por Pedro II, e de outro lado os bispos de Olinda e do Pará, Dom Vital e Dom A. Macedo Costa, considerados rebeldes, criminosos.

³ Terá sua progressão, pelo menos, até o início do processo democrático que o Brasil vai viver. no Brasil o movimento das *Diretas Já* ocorrido entre Março de 1983 a Abril de 1984.

A Questão Religiosa deve ser vista como um acontecimento que trata de como a relação do Poder Temporal com o Poder Espiritual passa a ser feita no caminho para a Republicanização da sociedade que se gesta neste cenário e como os acontecimentos e eventos serão determinantes para a Laicidade no Brasil, constituindo-se a Questão Religiosa no sinal mais emblemático para o processo de modernização e abandono do modelo antigo.

A Questão Religiosa ao ser observada, como dissemos, para além da questão ideológica institucional, permite ver que na outra ponta deste cenário histórico surge o Estado Moderno como a expressão das mudanças que dão lastro à Separação do Estado da Igreja. Porém isso deve ser observado como efetivação das medidas a serem tomadas em vista a garantir a necessária Separação.

As Mudanças Rumo ao Estado Moderno, na Igreja e no Estado

As mudanças societárias que resultam da Separação da Igreja e do Estado são as mudanças que caracterizam a secularização e a laicidade como seu produto. A religião, deixa de ocupar o centro da vida social, porém sem sair do circuito da mesma, por desempenhar reconhecida importância na coesão da ordem social, faz com que ela ingresse no rol de mais uma das esferas da vida da sociedade e não mais se configure como a esfera primordial. A religião tem seu espaço mantido enquanto ela se faz presente na vida da sociedade ao lado da economia, da política, da ética, da arte, da cultura.

Assim sendo, surge um novo ator: o Estado Moderno que pretende orientar e dirigir a sociedade. E neste novo ordenador da vida social, no Brasil, verificamos que as transformações ocorridas desvelam a mudança em direção da nova forma de Estado. O Estado Moderno surge marcado pela emancipação da sociedade em relação à tutela do religioso que fará com que a política ganhe um novo poder com maior autonomia e força no espaço da vida e na gestão da sociedade.

Por tudo isto, consideramos ser a Questão Religiosa, com todos seus constituintes e seus desdobramentos, de curto e de longo prazo, algo *sui generis* na sociedade brasileira, como um evento determinante para compreender como esta sociedade vai responder aos desafios feitos pelo progresso e pela modernidade sobre sua base originária. Ou seja, o que se esperava ser o fim da religião e o isolamento das instituições religiosas, não se verifica. Nisto há que reconhecer que a Questão Religiosa não está refém da política e da ideologia. A Questão Religiosa se articula a uma questão societária e cultural, ligada a emergências da nova mundividência, que tem sua gênese na modernidade.

A Questão Religiosa, possibilita observar e compreender que no interior da Igreja Católica também existem mudanças, isto é, não existe uma posição única e absoluta tomada como sentido pela totalidade do clero. Existem parcelas representativas do clero que manifestam apoio às novas ideias da sociedade moderna em oposição com outra parcela do clero que segue preso às ideias conservadoras monárquicas e na defesa do modelo do catolicismo ultramontano.

Se no Brasil a Questão Religiosa ganha ares de embate entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Maçonaria, foi porque neste embate estava

presente a ideia, protagonizada pela Maçonaria que tinha como objetivo primordial exorcizar da sociedade brasileira uma religião do passado. A Maçonaria fundada na tradição francesa, ligada ao Grande Oriente, assume a tarefa de combater o ultramontanismo que era identificado com poder abusivo da Igreja. A Maçonaria surge como ator de um combate ideológico e político, para por este meio promover a compreensão da sociedade e de suas formas de sociabilidade reconhecidas como alternativas ao modelo católico apostólico romano.

Por fim reconhecemos ser na Questão Religiosa onde deve estar localizado enfaticamente o motor do enfrentamento do regime monárquico. Tal enfrentamento não representa apenas um processo de ruptura, mas um processo no qual se justifica a mudança explícita, a crise em que o regime monárquico e também a Igreja Católica Apostólica Romana mergulhou.

Estudar a Questão Religiosa no cenário da passagem do regime monárquico para o regime republicano, no Brasil leva à possibilidade para se estudar os efeitos desta passagem que não terá apenas interferências nas estruturas sociopolíticas do Estado Nação. É importante compreender que, ainda que deste evento tenha surgido como seu produto mais emblemático a Lei da Separação da Igreja do Estado, nem a Igreja se distancia do Estado, nem ele daquela, mas a religião irá ganhar uma nova configuração e até um novo status.

O Brasil representa como Estado, geográfica e politicamente, interesses que são determinantes para as intenções da Santa Sé no alvorecer da modernidade e na consolidação das ideias que vão, não só implantar o regime republicano, mas que irão ser determinantes para a necessária

vitalidade da Igreja neste novo cenário social, político e econômico do mundo moderno.

Cabe prosseguir com as pesquisas sobre os desdobramentos do pós-Lei da Separação, verificando como, embalados pelas opiniões e apelos da sociedade, as duas instituições (Estado e Igreja) vão prosseguir na produção e garantia da vitalidade de suas propostas em vistas à organização da sociedade. Agora, em definitivo o Estado será a batuta para gerir o mundo temporal e a Igreja a batuta para gerir o mundo espiritual.

Suspeitamos que o primeiro desafio que o Estado brasileiro tenha enfrentado neste tempo pós implantação da República, testadas todas as regras da Lei da Separação, vem a ser o período da ditadura sob o signo de Estado Novo (sob a Era Vargas).

Mergulhar nos estudos acerca da Questão Religiosa, nos faz confirmar que ainda que muito se tenha falado sobre os processos da passagem do regime monárquico para o regime de Estado Moderno, que está fundado no modelo da República, ainda existe bastante para ser dito e observado. O que nos sinaliza o desejo em dar continuidade a este caminho de estudos, de forma a aprofundar alguns dados que por opção e por questões de tempo aqui ficaram tão somente citados. Também sinalizamos que será importante dar espaço para os resultados que surgem deste tema e que seguem na forma da contemporaneidade diante das questões que nos impulsionam para se falar da Laicidade à brasileira. O que significa afirmar-se que a laicidade identifica-se por eventos e ideais que a constituem e distinguem de outros processos constituintes das sociedades modernas, resultados do movimento de secularização, porém a laicidade deve ser observada como algo que acontece de modo diferente nas sociedades que

adotam a secularização, mas que a seu modo, cada uma delas vai se distinguir e com isso definir sua identidade própria. Foi este o intuito deste artigo e para isso colocamos, por razões já referidas, a comparação entre o modelo português e o brasileiro para explicitar a razão de se falar da laicidade à brasileira.

Conclusão

A Questão Religiosa ao ser analisada para além da questão ideológica institucional, permite ver que na outra ponta deste cenário histórico que marca a passagem do regime monárquico para o republicano, surge, no Brasil, o Estado Moderno como a expressão das mudanças que dão lastro à Separação do Estado da Igreja, mas isso deve ser percebido como efetivação das medidas a serem tomadas em vista a garantir a necessária Separação da Igreja do Estado, para que a dependência que o regime monárquico havia produzido fosse efetivamente desfeita.

As mudanças societárias que resultam da Separação são as mudanças que caracterizam a Secularização e a Laicidade como seu produto. A religião, deixando de ocupar o centro da vida social, porém sem sair do circuito da vida social, uma vez que ela tem reconhecida importância na coesão da ordem social, faz com que ela ingresse no rol de mais uma das esferas da vida da sociedade e não mais a esfera primordial. A religião tem seu espaço mantido enquanto ela se faz presente na vida da sociedade ao lado da economia, da política, da ética, da arte, da cultura.

Surge, neste novo cenário um novo ator: o Estado Moderno que pretende orientar e dirigir a sociedade. E neste novo ordenador da vida

social, no Brasil e em Portugal, verificamos que as transformações ocorridas, desvelam a mudança que se efetiva em direção da nova forma de Estado. O Estado Moderno surge marcado pela emancipação da sociedade em relação à tutela do religioso que fará com que a política ganhe um novo poder com maior autonomia e força no espaço da vida e na gestão da sociedade.

Por tudo isto, classificamos a Questão Religiosa, com todos seus constituintes e seus desdobramentos, de curto e de longo prazo, algo *suigeneris* na sociedade brasileira e portuguesa, como um evento determinante na compreensão sobre como estas sociedades vão responder aos desafios feitos pelo progresso e pela modernidade sobre sua base originária. Nisto há que reconhecer que a Questão Religiosa não está refém da política e da ideologia. A Questão Religiosa se articula a uma questão societária e cultural, ligada a emergências da nova mundividência, gestada na modernidade.

Outro tema importante da Questão Religiosa, é que ela nos permite observar e compreender que no interior da Igreja Católica também existem mudanças, isto é, porque não existe uma posição única e absoluta tomada como sentido pela totalidade do clero. Existem parcelas representativas do clero que manifestam apoio às novas ideias da sociedade moderna em oposição com outra parcela do clero que segue preso às ideias conservadoras monárquicas e na defesa do modelo do catolicismo ultramontano.

Se no Brasil a Questão Religiosa ganha ares de embate entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Maçonaria, foi porque neste embate estava presente a ideia, protagonizada pela Maçonaria que tinha como objetivo

primordial exorcizar da sociedade brasileira uma religião do passado. A Maçonaria fundada na tradição francesa, ligada ao Grande Oriente, assume a tarefa de combater o ultramontanismo que era identificado com poder abusivo da Igreja. A Maçonaria surge como ator de um combate ideológico e político, para por este meio promover a compreensão da sociedade e de suas formas de sociabilidade reconhecidas como alternativas ao modelo católico apostólico romano.

Em Portugal a Questão Religiosa, mais do que no Brasil, tem como força ressaltar e evidenciar o papel das Ordens Religiosas no cenário nacional e das dificuldades que elas poderiam representar para a implantação das mudanças que se pretendiam alcançar, então era inevitável centrar todos os esforços para retirar do cenário da vida da sociedade e da influência da população, estes grupos. Talvez, num mesmo entendimento do que no século XVIII havia sido enfrentado com os jesuítas, - ainda que se entenda que no que tange a estes o problema era mais interno ao catolicismo – a questão das Ordens Religiosas, revelava o problema sobre a concepção sobre elas e a sua presença neste novo cenário social de mudança. Tratava-se de um problema de mundividência que exigia ações radicais.

As Ordens Religiosas com a prática dos votos religiosos impunham-se como um desrespeito e evidente ataque aos valores do indivíduo e da liberdade, um desrespeito à noção de família como centro da sociedade burguesa oitocentista e à jovem visão econômica do progresso da nação.

Por fim reconhecemos ser na Questão Religiosa que deve ser localizado enfaticamente o motor do enfrentamento do regime monárquico. Tal enfrentamento não representa apenas um processo de

ruptura, mas um processo no qual se justifica a mudança, explicita a crise em que o regime monárquico, mas também a Igreja Católica Apostólica Romana mergulhou.

Com este artigo pretendemos expressar que ainda que muito se tenha falado sobre os processos da passagem do regime monárquico para o regime de Estado Moderno, que está fundado no modelo da República, ainda existe muito para ser dito e observado no que se refere a comparações entre os acontecimentos no Brasil e em Portugal.

Tratar das relações Igreja e Estado no ambiente histórico da republicanização é compreender que certas formas de presença do religioso no espaço público não surgiram por oposição à Secularização, mas surgiram em função da secularização.

Não se trata de apresentar a religião na República como uma contradição à Secularização, mas como fenômeno que está inserido na Secularização. Sendo assim é necessário observar-se não uma rejeição entre a secularização e a religião e sim observar-se o fato que novas relações serão construídas entre duas instituições que tem algo em comum que é zelar pela coesão dos sujeitos no esforço de atrair deles sua atenção, promovendo a coesão social.

Por sua vez compreender a laicidade como resultado da secularização que a modernidade gesta, permite compreender porque a religião não saiu de cena, não se descolou do cotidiano da população e também não se constitui algo que, nas populações modernas deva ser observado como contraditório ou estranho, necessitando se esconder ou se sentir anomalia. A laicidade é, efetivamente o que auxilia compreender que

a modernidade não inviabiliza a religião, mas a recoloca no lugar que lhe cabe.

Referente ao tema da laicidade no Brasil, em especial, é necessário que se aprofundem os estudos sobre os desdobramentos do que podemos denominar de uma laicidade à brasileira que deverá ser observada nas formas e nos encaminhamentos sociais, econômicos e religiosos que se desenrolam no cenário da constituição da república no Brasil. Por fim ao empreender-se estudo e debate sobre o Brasil contemporâneo, entendemos ser necessário e premente os estudos e pesquisas se debruçarem com afinco sobre temas como liberdade religiosa, e a Laicidade do Estado.

Referências Bibliográficas

BEOZZO, J. O. (et. al.). **História da Igreja no Brasil**. Tomo II Segunda Época – século XIX. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992.

BLANCARTE, R. J. (Org) **Los Retos de La laicidad y La Secularización em el Mundo Contemporáneo**. Mexico, El Colegio de Mexico: 2008.

CALMON, P. **História Social do Brasil**. Vol. 3. a Época Republicana. São Paulo: Martins Fontes, 2002, 2ª edição.

GUEDES, A. I. M. **Algumas Considerações sobre a “questão religiosa” em Portugal** (meados do sec. XIX a início do sec. XX). O anticlericalismo e o espírito republicano. Porto: editorial O Oiro do dia, 1990.

GIUMBELLI, E. **O Fim da Religião, dilemas da Liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

HOMEM, A. C.; SILVA, A. M. da; ISAIA, A. C. (Org.). **Progresso e Religião**. A república no Brasil e em Portugal 1889-1910. Coimbra: EDUFU, 2007.

MENDONÇA, A. G. de. **República e Pluralidade Religiosa no Brasil**. São Paulo, Revista USP, n° 59 Setembro/Outubro 2003.

MICELI, S. **A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTEIRO, D. T. **Os Errantes do Novo Século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

RICHARD, P. **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982

SEABRA, J. **O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX**. A Lei da Separação de 1911. Cascais, 2009.

VILLAÇA, A. C. **História da Questão Religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974.